

PLANO DE **DADOS**ABERTOS



Dados Abertos por uma Sociedade Sustentável: Conhecer, Agir, Transformar

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Janeiro de 2026 a Janeiro de 2028

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Bloco B, Esplanada dos Ministérios. Brasília-DF, 70.068-900

Marina Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretário-Executivo

Anna Flávia de Senna Franco

Secretária-Executiva Adjunta

Rita de Cássia Guimarães Mesquita

Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

Adalberto Felício Maluf Filho

Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

Aloisio Lopes de Melo

Secretário Nacional de Mudança do Clima

Carina Mendonça Pimenta

Secretária Nacional de Bioeconomia

Edel Nazaré Santiago de Moraes

Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável

André Rodolfo de Lima

Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial

Garo Joseph Batmanian

Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Elaboração:
Assessoria Especial de Controle Interno

Edgard Augusto de Oliveira
Flávia Lemos Sampaio Xavier

Revisão
Humberto Luciano Schloegl

Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica

Bianca Oliveira Medeiros
Elias Begnini
João Henrique Evangelista

Revisão
Ariel Pares



Sumário

I. Introdução	6
II. Cenário Institucional.....	8
III. Objetivos	13
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos	13
IV. Construção e Execução do Plano de Dados Abertos	14
V. Dados selecionados para abertura	15
VI. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos	23
VII. Sustentação, Monitoramento e Controle.....	25
VIII. Plano de Ação	29
Anexos	35
1. Inventário de bases de dados do MMA e SFB.....	35
2. Dados de sistemas	49
3. Devolutiva da consulta pública	50
4. Lista de Abreviaturas e Siglas	55
5. Glossário	58
6. Referências	59

I. Introdução

Este Plano de Dados Abertos (PDA) é o documento que organiza e orienta as ações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para disponibilizar seus dados de forma pública e acessível a toda a sociedade, em obediência à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#). Sua vigência será de 24 meses, de janeiro de 2026 a janeiro de 2028, em conformidade com o art. 3º da [Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017](#).

A principal finalidade do PDA é promover a transparência na gestão pública, facilitando a participação e o controle social, além de incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas, o aprimoramento de tecnologias e a melhoria dos serviços públicos oferecidos à população.

Em sua 4ª edição, o Plano reafirma o compromisso do MMA com a transparência e o acesso à informação, estabelecendo ações e prazos para a publicação das bases de dados sob sua responsabilidade.

A construção do plano seguiu um processo estruturado, orientado para atender às necessidades sociais, com etapas que garantiram planejamento, participação e transparência. Contou com a contribuição de representantes de todas as unidades do Ministério, inclusive do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e da sociedade, por meio de consulta pública e de identificação dos temas de maior interesse social.

Com sua implementação, espera-se ampliar o acesso e incentivar a reutilização dos dados públicos por diferentes perfis — gestores, pesquisadores, desenvolvedores e cidadãos — promovendo uma atuação colaborativa, orientada à inovação nas políticas ambientais e climáticas e às necessidades sociais.

O presente PDA está fundamentado nas principais leis e normas que regem a Política de Dados Abertos e a transparência pública, como a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), do Manual para Elaboração de PDA da Controladoria-Geral da União (CGU), dos [Decretos nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), [nº 9.903, de 8 de julho de 2019](#), [nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019](#) e [nº 12.069, de 21 de junho de 2024](#), e da [Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017](#) do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CG-INDA), entre outros normativos que tratam da transparência e da gestão de dados públicos. Também foram considerados leis e regulamentos específicos da área ambiental e de governo digital, como a [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), que institui a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), e as portarias que normatizam a Política de Informação ([Portaria nº 160, de 19 de maio de 2009](#)), a Segurança da Informação ([Portaria GM/MMA nº 510, de 12 de junho de 2023](#)) e a Governança Digital ([Portaria GM/MMA nº 516, de 12 de junho de 2023](#)), no âmbito do Ministério.

O PDA MMA prevê a possibilidade de revisões periódicas e será publicado no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no site oficial do Ministério e do SFB. Qualquer pessoa pode enviar sugestões, relatar problemas ou apontar inconsistências por meio da [plataforma Fala.Br](#), fortalecendo o diálogo e a participação social na gestão da informação pública.



II. Cenário Institucional

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) foi criado em 1992 com a missão de formular e implementar políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Com a reestruturação promovida pela [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), o MMA reafirma seu protagonismo na agenda ambiental e climática, com competências que incluem a formulação das políticas nacionais do meio ambiente e da mudança do clima, a exemplo da conservação da biodiversidade; da gestão de florestas públicas; da recuperação da vegetação nativa; do ordenamento territorial; da articulação com os setores produtivo, energético e pesqueiro; e da proteção dos biomas e das espécies ameaçadas.

Essa atuação é fortalecida pelo retorno do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) à estrutura do Ministério, bem como pela atuação integrada das entidades vinculadas ao Ministério — o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Neste cenário, o Ministério apresenta seu Plano de Dados Abertos (PDA) como uma ferramenta estratégica para aumentar a transparência e garantir o acesso público aos dados ambientais e promover o engajamento social.

Nesse contexto, a elaboração e a revisão do PDA se alinham aos princípios e às diretrizes estratégicas de Governo, bem como se alinham aos instrumentos e às instâncias de gestão.

A abertura de dados é uma ação transversal que suporta diretamente os resultados do Planejamento Estratégico 2024-2027, como, por exemplo, a disponibilização de dados sobre "Unidades de Conservação", que contribui para o resultado estratégico de "Proteger e conservar a biodiversidade, ampliando as áreas protegidas".

Planejamento Estratégico do MMA 2024-2027

Com a publicação da [Portaria GM/MMA n.º 1.012, de 11 de março de 2024](#), que instituiu o Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima com horizonte temporal de 2024 a 2027, o Ministério atualizou e publicou instrumento de orientação das decisões sobre as políticas públicas afetas à pasta, contemplando as prioridades de atuação da instituição para o alcance dos programas, metas e resultados estratégicos.

O Planejamento Estratégico está estruturado com a visão de futuro de contribuir para a construção de um país modelo de sustentabilidade, com uma economia de baixo carbono e justiça climática, que valorize e promova suas diversidades social e ambiental, em que todas as pessoas sejam incluídas em um novo e perene ciclo de prosperidade. Para isso, apresenta diretrizes e valores a serem seguidos por quem contribui com essa visão de futuro¹.

¹ Neste [link](#) é possível encontrar os principais documentos orientadores do planejamento do órgão.

MAPA ESTRATÉGICO

Planejamento Estratégico 2024 - 2027

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIRETRIZES

Transversalidade da política ambiental
Fortalecimento do Sisnama
Fortalecimento da participação social
Promoção do desenvolvimento sustentável
Pensamento prospectivo

VISÃO DE FUTURO

Um país modelo de sustentabilidade, com uma economia de baixo carbono e justiça climática, que valorize e promova a diversidade social e ambiental, onde todas as pessoas sejam incluídas em um novo e perene ciclo de prosperidade.

VALORES

Justiça climática
Repartição justa e equitativa
Valorização da sociobiodiversidade
Compromisso intergeracional

RESULTADOS ESTRATÉGICOS

PROGRAMA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E COMBATE AO DESMATAMENTO E AOS INCÊNDIOS

- ▶ Reduzir o desmatamento, os incêndios e a degradação da vegetação nativa
- ▶ Recuperar as florestas e demais formas de vegetação nativa
- ▶ Proteger e conservar a biodiversidade, ampliando as áreas protegidas e conservadas e a efetividade das Unidades de Conservação
- ▶ Conservar as espécies da fauna e flora, em particular, espécies ameaçadas de extinção

PROGRAMA BIOECONOMIA PARA UM NOVO CICLO DE PROSPERIDADE

- ▶ Implementar a Política Nacional de Bioeconomia, promovendo o desenvolvimento de economias orientadas ao uso sustentável da biodiversidade
- ▶ Conceder florestas para manejo florestal sustentável, com aprimoramento da cadeia de valor
- ▶ Implementar a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais
- ▶ Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no Programa Bolsa Verde, e a gestão ambiental de territórios rurais

PROGRAMA QUALIDADE AMBIENTAL NAS CIDADES E NO CAMPO

- ▶ Promover a destinação adequada dos resíduos sólidos, atrelados ao aumento da reciclagem e mudança cultural de consumo
- ▶ Promover a gestão adequada de substâncias químicas e resíduos perigosos, com foco na redução do uso de agrotóxicos
- ▶ Ampliar a rede de monitoramento e implementar a gestão integrada do ar e da água
- ▶ Promover a melhoria da qualidade do meio ambiente urbano por meio do aprimoramento da gestão ambiental
- ▶ Promover a proteção, a defesa e os direitos animais

PROGRAMA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

- ▶ Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima
- ▶ Estabelecer um sistema de governança climática e efetivar seus meios de implementação

PROGRAMA RECURSOS HÍDRICOS - ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE

- ▶ Promover os padrões de qualidade e quantidade adequados da água, por meio da conservação, da recuperação dos ecossistemas e do uso racional dos recursos naturais

GOVERNANÇA AMBIENTAL

- ▶ Fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), ampliando a participação da sociedade, das instâncias colegiadas de representação e a articulação federativa
- ▶ Fortalecer iniciativas de comunicação e educação ambiental, promovendo a cidadania e a construção de uma sociedade sustentável
- ▶ Promover a agenda ambiental brasileira nos espaços de discussão internacional

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

- ▶ Aprimorar práticas de gestão, transparência, responsabilidade e eficiência
- ▶ Assegurar a aderência dos recursos orçamentários e dos recursos externos aos resultados estratégicos e desafios da agenda ambiental
- ▶ Recompôr e valorizar a força de trabalho do MMA e de suas entidades vinculadas
- ▶ Promover a adequação e a modernização da tecnologia da informação para atender aos desafios da agenda ambiental

Foi nesse contexto que o Serviço Florestal Brasileiro – SFB - elaborou também seu Mapa Estratégico, um documento visual que mostra a sua missão de promover a gestão e a valorização das florestas, por meio do uso sustentável, em benefício da sociedade brasileira. O instrumento apresenta também os objetivos principais do SFB até 2030, além de indicadores e metas que ajudarão a medir os seus avanços².



² É possível acompanhar a execução do Plano e o Mapa Estratégico do SFB por este [link](#).

Comitê de Governança Digital

O Comitê de Governança Digital (CGD) possui a atribuição de promover a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do MMA, assim como de definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para o Ministério. Além disso, o CGD é o responsável por aprovar o PDA, conforme previsto na [Portaria GM/MMA n.º 516, de 12 de junho de 2023](#).

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O [Plano Diretor de Tecnologia da Informação \(PDTI 2025-2027\)](#) é um instrumento de diagnóstico, de planejamento e de gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI), com vistas a orientar o atendimento das necessidades tecnológicas e de informação do MMA.

Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação (POSIN), instituída por meio da [Portaria GM/MMA n.º 510, de 12 de junho de 2023](#), estabelece os princípios e diretrizes estratégicas para assegurar a integridade de dados, informações e documentos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima contra ameaças e vulnerabilidades, de modo a preservar os ativos de informação e a imagem institucional e garantir a proteção de dados pessoais, com o objetivo de assegurar os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade da pessoa natural.

Este Plano de Dados Abertos foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, instituído pela [Portaria nº 1.273, de 03 de janeiro de 2025](#), e publicado pela dirigente máxima do órgão, conforme dispõe o Art. 6º, da [Resolução nº 03, de 13 de outubro de 2017 - CGINDA](#).



III. Objetivos

Objetivo Geral

Este Plano tem como objetivo geral orientar a abertura e a atualização tempestiva e de alta qualidade dos dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Espera-se aumentar a disseminação de dados para que possam ser facilmente localizados, acessados e utilizados por qualquer usuário com acesso à internet, atendendo diretamente às necessidades da sociedade brasileira.

Objetivos Específicos

Para o biênio 2026-2028, o MMA estabelece os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e priorizar as bases de dados de maior interesse para a sociedade, assegurando sua publicação em formatos abertos, atualizados e, sempre que possível, georreferenciados;
- Elevar o padrão de qualidade, consistência e integridade dos dados disponibilizados, garantindo sua utilidade e confiabilidade;
- Promover a interoperabilidade e a integração entre sistemas governamentais, com dados em formato processados por máquina, alinhando-se a padrões nacionais e internacionais estabelecidos;
- Fortalecer a governança e a gestão da informação, com processos que favoreçam o ciclo completo de dados – coleta, tratamento, publicação, monitoramento e atualização - orientado pelos princípios de transparência por desenho e linguagem cidadã;
- Ampliar os mecanismos de transparência ativa, facilitando o acesso e a compreensão das informações ambientais e climáticas pela sociedade;
- Incentivar o uso de dados abertos para visualização, análise territorial e inovação em políticas públicas;
- Promover a participação social e a colaboração entre múltiplos atores para aprimorar dados e políticas públicas. A iniciativa busca contribuir para os objetivos da República Federativa do Brasil, como a erradicação da pobreza e a redução de desigualdades, garantindo o bem-estar de todos, sem preconceitos ou discriminações.

IV. Construção e Execução do Plano de Dados Abertos

A elaboração do 4º Plano de Dados Abertos (PDA) iniciou-se com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) consultivo, instituído pela [Portaria Secex/MMA nº 983, de 19 de fevereiro de 2024](#), para assessorar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), do Plano de Transformação Digital (PTD) e do Plano de Dados Abertos (PDA). Em seguida, a [Portaria MMA nº 1.350, de 18 de março de 2025](#), institui novo Grupo de Trabalho com a finalidade de assessorar a elaboração do 4º Plano de Dados Abertos (PDA) do MMA. Coordenado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), com apoio do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica (DGE), o GT reuniu representantes de todas as unidades do MMA para:

- inventariar e avaliar as bases de dados existentes, definindo quais serão mantidas, descontinuadas ou disponibilizadas;
- estabelecer critérios de priorização; e
- propor estratégias e cronograma de publicação, de fomento de uso e reuso³ e monitoramento de abertura dos dados.

O processo de priorização das bases de dados incorporou mecanismos de participação social, considerando as demandas registradas na Ouvidoria pela Plataforma Fala.Br de 2023 a 2025 – até a data de publicação do plano, os serviços mais acessados, os normativos legais, os compromissos institucionais e o alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de TI. Também se avaliou o potencial interesse público das bases, priorizando aquelas que estimulam o controle social; que se relacionam a projetos estratégicos; que demonstram resultados efetivos de serviços públicos; que fomentam o desenvolvimento sustentável ou de negócios; e as que são mais solicitadas com base na Lei de Acesso à Informação – a LAI - e as que estejam alinhadas a iniciativas nacionais de transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura, como o Compromisso 1 do 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto, do qual o MMA é ator protagonista.

O PDA, após consolidar estas diretrizes, foi redigido pela equipe da Assessoria Especial de Controle Interno e pela equipe do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica (DGE) da Secretaria-Executiva, submetido à Controladoria-Geral da União, à Consultoria Jurídica e ao Comitê de Governança Digital para deliberação, aprovação e publicação. A partir da publicação inicia-se o processo de implementação, monitoramento e, no próximo biênio, elaboração de novo plano considerando os aprendizados deste processo cíclico.

³ O reuso de dados refere-se à prática de utilizar informações previamente coletadas e armazenadas para novos propósitos, evitando a coleta de novos dados. Essa abordagem é especialmente relevante em um mundo onde a quantidade de dados gerados é imensa, e a eficiência na utilização desses dados pode resultar em economias significativas de tempo e recursos.



V. Dados selecionados para abertura

Para a seleção dos dados a serem abertos ao público, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) realizou primeiramente um inventário de suas bases de dados. Este trabalho resultou na identificação de três grupos, que constam do Inventário em Anexo:

- Bases já abertas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br)
- Bases descontinuadas e
- Bases a serem abertas ao público – nesta seção.

Critérios para Abertura das Bases de Dados

O processo de seleção das bases para abertura considerou os seguintes critérios:

- As bases devem constar no inventário de dados.
- Não devem estar catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos.
- Não devem apresentar restrições de sigilo. Caso apresentem, o conteúdo restrito ou sigiloso deve ser protegido antes da disponibilização.

Identificação de Dados Sigilosos

O MMA não possui informações classificadas⁴ em qualquer grau de sigilo, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação – LAI), e do [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), na presente data. Entretanto, foram identificadas bases de dados que continham informações sigilosas e dados pessoais, as quais demandaram tratamento prévio para proteção antes de sua disponibilização.

Bases de Dados a serem publicadas

Este processo de seleção resultou na seleção de **dezessete novas bases de dados a serem publicadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Catálogo Nacional de Dados**. A disponibilização dessas bases de dados ao Portal abrange temas essenciais como combate à desertificação, monitoramento da cobertura vegetal, cadastro de entidades ambientalistas, gestão de florestas públicas, inventários florestais, controle de espécies nativas e invasoras, regularização ambiental rural, além de informações sobre produtos florestais e processos institucionais, fortalecendo a transparência e o apoio à tomada de decisão ambiental no país.

1. **Base de dados sobre o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca:** Reúne informações sistematizadas sobre as Áreas Sujeitas à Desertificação (ADS), inclusive georreferenciadas em várias escalas, ações da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, entre outros dados.
2. **Cadastro do Programa Bolsa Verde (2023-atual):** Contém o Cadastro do Bolsa Verde, inclui dados de pessoas cadastradas, pessoas beneficiárias, territórios prioritários e resultado de monitoramento da cobertura vegetal de territórios.
3. **Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas:** Registro de entidades ambientalistas não governamentais atuantes no Brasil, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, utilizado para composição de colegiados e elegibilidade de representantes de âmbito nacional e regional.
4. **Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP):** Instrumento de planejamento da gestão florestal que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras. Oferece mapas, imagens e informações relevantes para destinação de florestas públicas, criação de unidades de conservação, concessões florestais e ações de transparência e participação social.
5. **Coleção de fungos xilófagos do Laboratório de Produtos Florestais (LPF):** Fungos filamentosos, principalmente biodeterioradores da madeira, classificados entre *Basidiomycota* e *Ascomycota*, causadores de podridões branca, parda e mole.

⁴ O Processo SEI nº 02000.003628/2020-44 foi desclassificado no dia 25/06/2025, no sistema da CMRI em virtude do término do prazo de sigilo. Esta informação está atualizada na página institucional do MMA de "Acesso à Informação - 9. Informações Classificadas", inclusive com o link de acesso direto ao Painel da CMRI, refletindo a nova situação do rol de informações do Ministério.

6. **Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD):** Processos seletivos, regimento interno e outros atos da Comissão.
7. **Inventário Florestal Nacional (IFN):** Dados biofísicos, botânicos e socioambientais referentes aos recursos florestais nacionais.
8. **Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas:** Planilha consolidada com informações sobre PCB (quantidade destinada e a destinar) fornecidas por detentores e destinadores.
9. **Licitações e Contratos do SFB:** Relação das licitações e contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).
10. **Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES:** Relação de espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, listadas por nome ou táxon.
11. **Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS:** Lista de espécies migratórias de animais silvestres incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS).
12. **Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras:** Lista oficial de espécies de flora e de fauna exóticas invasoras identificadas no Brasil e as espécies de risco potencial.
13. **Madeiras estudadas pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF):** Banco de dados sobre madeiras do Brasil, com informações para a indústria, academia e sociedade, visando ampliar o uso sustentável e a comercialização de espécies nacionais.
14. **Painel da Regularização Ambiental Rural:** Painel interativo com informações sobre a evolução da regularização ambiental de imóveis rurais no Brasil.
15. **Salas Verdes:** Projeto do Ministério do Meio Ambiente que incentiva a implantação de espaços socioambientais para informação e formação ambiental, promovendo democratização de conteúdos e reflexão sobre ações ambientais.
16. **Sistema do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama):** Sistema de registro de conselheiros, reuniões e processos do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
17. **Xiloteca Harry van der Slooten do LPF/SFB:** Coleção de amostras de madeira do Laboratório de Produtos Florestais, com foco principal em espécies amazônicas.

Grau de relevância para o cidadão ([Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, I, §1º](#))

Com o objetivo de aferir o grau de relevância das bases de dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o cidadão, inclusive das bases já abertas, conforme prevê a [Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017](#), do CGINDA, o Ministério realizou uma consulta pública entre os dias 5 e 21 de maio de 2025, por meio da plataforma digital Participa + Brasil. A iniciativa teve ampla divulgação pelo portal institucional do MMA e por veículos especializados. Além das manifestações registradas na própria plataforma, também foram consideradas contribuições enviadas diretamente ao órgão por uma entidade da sociedade civil.

Ao final do período da consulta, foram identificadas como de maior interesse público as seguintes bases de dados e uma síntese das contribuições recebidas:

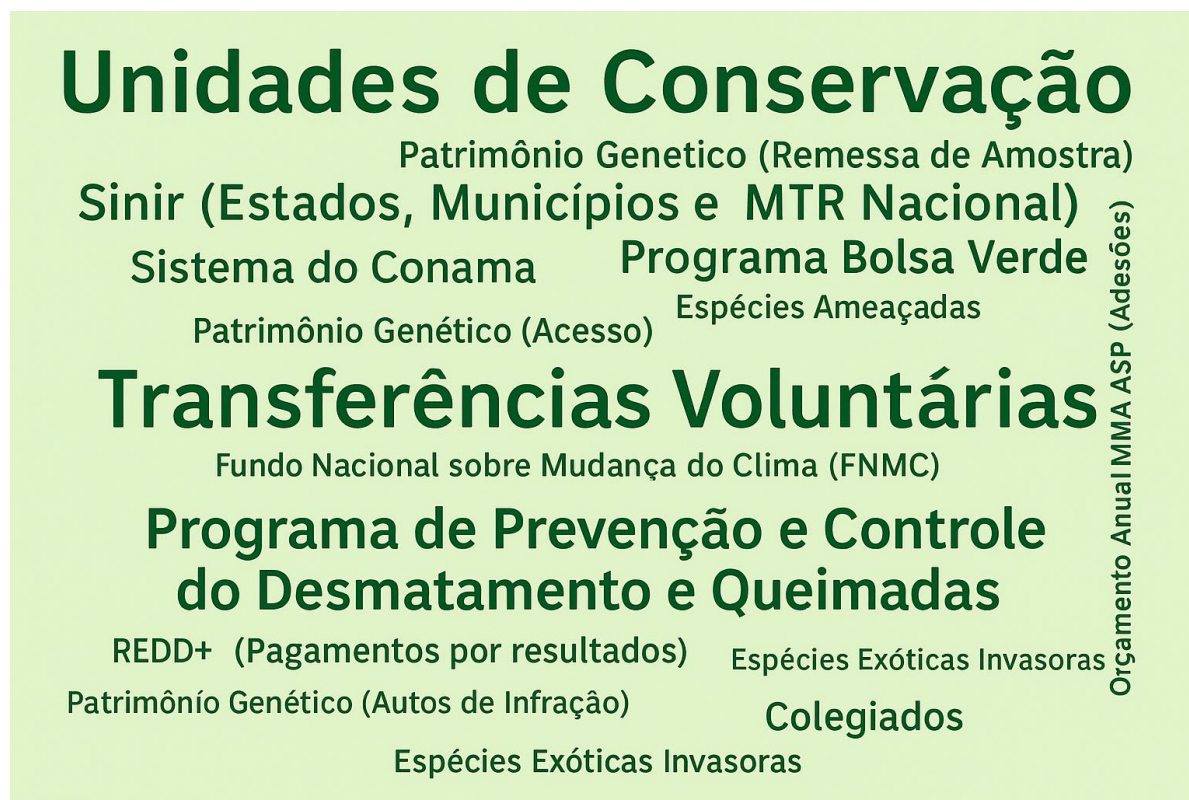
- **Legislação Ambiental Brasileira:** destacada pela necessidade da consolidação de um painel de normas ambientais, abrangendo todos os entes do SISNAMA, com funcionalidades que favoreçam o acesso, uso e correlação entre normas vigentes e revogações.
- **Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade:** apontadas como essenciais para a formulação de políticas públicas subnacionais, corredores ecológicos, conectividade de paisagens e manejo ambiental.
- **Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca:** considerada estratégica por fornecer insumos para o planejamento territorial em regiões semiáridas por diferentes níveis de governo e pela sociedade civil.
- **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE):** identificado como instrumento crucial de planejamento sustentável, com potencial de apoiar projetos de geração de energia renovável e uso racional de recursos naturais. As manifestações ressaltaram ser importante que os dados sejam geoespacializados para consultas e análises da sociedade.

- Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA): ressaltado pela importância de facilitar o controle social e a consulta pública sobre a composição dos conselhos ambientais do SISNAMA.

Todas as manifestações recebidas foram incorporadas à Matriz de Priorização, orientando a definição das bases que serão disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos, garantindo maior alinhamento do Plano de Dados Abertos (PDA) 2026-2028 às demandas da sociedade.

Em complementação, foram levantadas as principais temáticas demandadas pela sociedade por meio de pedidos e recursos ao MMA, por transparência passiva de 2023 a julho de 2025.

Temas mais Demandados em Transparência Passiva 2023 a 2025



Na nuvem de palavras, nota-se que os temas que mais se destacam — por estarem em fonte maior e, portanto, por terem maior frequência de demandas sociais — são:

- Unidades de Conservação
- Transferências Voluntárias

Em seguida, com destaque intermediário, aparecem:

- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir)
- Sistema do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD)
- Programa Bolsa Verde

A Matriz de priorização

De modo a melhor atender à demanda da sociedade por dados, otimizar o esforço de abertura de bases e cumprir todos os requisitos relacionados na [Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017](#), do CGINDA, elaborou-se uma matriz de priorização. Nela, todas as bases passíveis de abertura e atualização foram valoradas, inclusive as novas bases e as já publicadas, e, assim, foi estabelecida uma ordem prioritária, de modo a direcionar os esforços institucionais, conforme exposto a seguir:

Critérios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Bases											
Unidades de Conservação	1	3	3	3	3	3	2	1	3	3	96
Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAR	0	0	3	5	4	2	2	3	3	3	95
Cadastro do Programa Bolsa Verde (2023-atual)	0	2	2	3	3	3	3	3	3	3	94
Patrimônio Genético	0	2	2	3	3	3	2	3	3	3	91
Programa Bolsa Verde (2011-2017)	0	1	2	3	3	3	3	3	3	3	90
Sistema do Conselho Nacional do Conama	1	3	3	3	0	3	3	1	3	3	90
Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas	0	1	2	5	4	2	2	3	4	1	89
Recursos Externos - Sistema de Gestão de Informações Estratégicas de Projetos e Documentos (GEPROD)	0	0	3	3	2	3	2	3	3	3	84
Patrimônio Genético	0	2	1	3	3	2	2	3	3	3	82
Base de dados sobre o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	2	0	3	2	3	2	2	1	3	3	79
Patrimônio Genético	0	1	1	3	3	2	2	3	3	3	78
Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas	2	1	2	3	0	1	1	3	3	3	75

Crítérios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Bases											
Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD	0	0	3	3	3	2	2	1	3	3	74
Painel da Regularização Ambiental Rural	0	0	3	2	2	3	1	3	3	2	72
Transferências Voluntárias	1	3	2	3	1	3	1	1	1	1	71
Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD)	0	2	2	1	3	2	3	1	3	3	71
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1	1	3	1	0	3	3	3	2	0	66
Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU) Ferramenta de apoio ao Programa Cidades Verdes Resilientes)	0	0	3	3	3	3	1	1	2	1	66
Orçamento Anual do SFB	0	0	2	3	3	0	2	2	3	3	64
Fundo Nacional do Meio Ambiente	1	1	3	1	0	3	3	1	2	0	58
Orçamento Anual MMA	0	1	2	3	1	3	1	1	1	1	58
Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade	2	1	1	2	2	1	2	0	2	2	57
Licitações e Contratos do SFB	0	0	3	3	0	1	1	0	2	3	51
Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	2	1	1	1	1	2	2	1	2	0	50
Emissões de gases do efeito estufa por desmatamento para fins de pagamento por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal)	0	1	1	3	2	1	1	0	2	2	49
Informações sobre os pagamentos por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) produzidos pelo Brasil.	0	0	2	3	1	2	1	1	1	1	49
Áreas Úmidas - Sítios Ramsar Brasileiros	1	0	1	1	1	1	2	0	1	2	38
Agenda de Proteção e Defesa Animal	0	0	2	1	0	1	0	0	3	3	36
Patrimônio Genético	0	1	0	1	0	2	3	0	0	1	32
Espécies Ameaçadas	1	2	1	1	1	0	0	0	1	1	31
IFN - Inventário Florestal Nacional	1	0	0	1	1	1	0	0	3	0	24
Madeiras estudadas pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	0	0	0	0	0	1	2	1	3	0	21
Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	21
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	0	1	0	0	0	0	2	2	1	0	20
Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF	0	0	0	1	0	1	0	0	3	1	20
Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	16
Legislação Ambiental Brasileira	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Coleção de fungos xilófagos do Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	14
Xiloteca Harry van der Slooten do LPF/SFB	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	13
Colegiados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	12

Critérios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Bases											
Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - Sinir	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	9
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	9
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - RESSOA	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	8
Salas Verdes	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5

Legenda de Critérios:

Nº	Critério	Peso
1	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, I, §1º)	5
2	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	4
3	Estímulo ao controle social (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, II)	4
4	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, III)	5
5	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, IV)	3
6	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, V)	5
7	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	3
8	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	4
9	Alinhamento perante o Planejamento Estratégico	2
10	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos	4

Considerando o resultado da matriz acima, realizou-se a priorização de abertura ou atualização das bases de dados do MMA e do SFB.



VI. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos

A publicação de bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<https://dados.gov.br/>) e na página institucional de dados abertos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) (<http://dados.mma.gov.br/>) segue um fluxo colaborativo entre as unidades temáticas e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério. O Serviço Florestal Brasileiro seguirá próprio fluxo de publicação de seus dados diretamente em sua página organizacional, vinculada ao MMA, e no Portal de Dados Abertos.

Compete às unidades detentoras dos dados (Secretarias, Departamentos e Coordenações-Gerais):

1. Indicar os responsáveis por cada conjunto de dados sob sua competência, que serão os curadores das bases de dados;
2. Identificar os dados para abertura e atualização;
3. Garantir a qualidade, autenticidade, integridade, atualidade e granularidade das bases de dados;
4. Submeter os dados à CGTI em formato aberto e não proprietário, com antecedência à data-base de publicação e na frequência comprometida, observando as [diretrizes de publicação da CGU](#) e o cronograma estabelecido no Plano de Ação deste PDA;
5. Assegurar que não sejam divulgadas informações sigilosas ou restritas, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);
6. Realizar a catalogação completa dos metadados e disponibilizar o dicionário do vocabulário utilizado nas bases de dados⁵, conforme padrões definidos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, incluindo (no mínimo):
 - a. Nome da base de dados
 - b. Organização, no caso, o MMA
 - c. Descrição
 - d. [Licença de Uso](#)
 - e. Periodicidade de Atualização
 - f. Área Técnica Responsável
 - g. E-mail da Área Técnica Responsável
 - h. Palavras-Chave
 - i. Versão
 - j. Temas
 - k. Cobertura Temporal (Início e Fim do escopo temporal das bases de dados)

⁵ Metadados e vocabulário são conceitos relacionados, mas distintos, no contexto da gestão e organização da informação. Metadados são dados sobre outros dados, fornecendo contexto e informações adicionais sobre um recurso, enquanto vocabulário refere-se ao conjunto de termos e regras que definem como esses metadados são estruturados e interpretados

- l. Cobertura Espacial (escopo espacial das bases de dados)
- m. Granularidade da Cobertura Espacial
- n. Título do Recurso
- o. Descrição do Recurso
- p. Tipo do Recurso
- q. URL de Acesso
- r. Formato

Compete à CGTI:

1. Receber as bases de dados enviadas pelas unidades, verificar sua conformidade com os padrões exigidos e identificar inconsistências de formato antes da publicação.
2. Garantir a uniformidade na nomenclatura dos conjuntos de dados, conforme previsto no Plano de Dados Abertos (PDA) do órgão e as [diretrizes de publicação da CGU](#).
3. Inserir os dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e, quando georreferenciados, no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (DBDG/INDE), seguindo o cronograma e o formato estabelecidos.
4. Garantir a infraestrutura tecnológica e a segurança da informação da página institucional do Ministério, assegurando também a migração dos dados para as plataformas indicadas.
5. Promover, sempre que possível, a sincronização contínua e automática dos dados com suas fontes de origem.

Premissas

Todo o processo de abertura e catalogação de dados deve respeitar as seguintes premissas:

- Formato aberto e não proprietário, com metadados completos conforme padrão do Portal Brasileiro de Dados Abertos;

- Publicar os dados do Ministério seguindo os padrões definidos pelos [Padrões de Interoperabilidade em Governo Eletrônico \(e-PING\)](#)⁶; pela [Infraestrutura Nacional de Dados Abertos \(INDA\)](#)⁷ e pela [Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais \(INDE\)](#)⁸;
- Nos casos de dados georreferenciados, deve-se publicar no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), componente central da INDE;
- Catalogar os dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, catálogo central de acesso aos dados do Governo Federal;
- Catalogar dados geoespacializados na INDE;
- Manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;
- Padronizar, na catalogação, o mesmo nome da base registrado no PDA do Ministério.

De forma análoga, compete ao SFB garantir a publicação no Portal de Dados Abertos e na página institucional do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (<https://dados.florestal.gov.br/>) atendendo aos requisitos e às premissas acima apresentados, respeitada a organização e a maturidade do órgão. Esse fluxo de competências e premissas garantem maior organização, transparência e eficiência na disponibilização dos dados, assegurando a conformidade legal e o alinhamento com as melhores práticas de governo aberto.

VII. Sustentação, Monitoramento e Controle

A unidade responsável por disponibilizar os recursos tecnológicos para a abertura e sustentação dos dados será a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do MMA, bem como o SFB para os dados sob sua gestão.

Melhoria da qualidade dos dados

A abertura de dados é uma iniciativa que requer uma contínua e permanente curadoria sobre a publicação dos dados com o objetivo de garantir a disponibilidade, a qualidade, a autenticidade, a integridade e a atualidade dos dados, assim como a incorporação do processo de abertura de dados na rotina do MMA e do SFB. Para isso, as seguintes atividades são imprescindíveis aos curadores das bases de dados, que podem contar com o apoio da CGTI:

⁶ A arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foi instituída pela [Portaria Ministerial nº 5, de 2005](#), com o objetivo de estabelecer premissas, políticas e especificações técnicas que orientem o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no setor público federal, garantindo a interoperabilidade entre os serviços de governo eletrônico. Seu uso é obrigatório para os órgãos que integram o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), sendo sua implementação coordenada por uma instância própria criada pela mesma portaria.

⁷ A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) foi regulamentada pela [Instrução Normativa nº 4, de 2012](#), com o propósito de facilitar o acesso da sociedade às bases de dados do Poder Executivo Federal, promovendo a transparência, o reuso de informações e a oferta de dados abertos de alto valor. A governança da INDA é realizada por um Comitê Gestor composto por representantes do governo, da sociedade civil e da academia, sendo a Controladoria-Geral da União (CGU) responsável pela coordenação do Comitê Gestor da INDA (CGINDA).

⁸ A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE foi instituída pelo [Decreto nº 6.666, de 27/11/2008](#) e, considerando a redação do Decreto Nº 12.402, de 13/03/2025, constitui um conjunto integrado de tecnologias, políticas e procedimentos destinados a facilitar a gestão e o compartilhamento de dados geoespaciais produzidos nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Seu objetivo é catalogar, integrar e disponibilizar esses dados por meio de metadados, permitindo que qualquer usuário com acesso à internet possa localizar, explorar e utilizar as informações geoespaciais de forma padronizada.

Atualização:

- publicar rapidamente os dados abertos disponibilizados pelas áreas geradoras de dados, com o intuito de possibilitar o rápido acesso pela sociedade e órgãos públicos;
- analisar se os dados a serem atualizados ou publicados estão de acordo com os padrões de Interoperabilidade em Governo Eletrônico (e-PING); da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE); e
- Verificar se os arquivos publicados são fáceis de usar e avisar às unidades responsáveis pelos dados sobre qualquer problema de publicação ou de atualização.

Manutenção:

- informar às unidades responsáveis pelos dados casos de indisponibilidade ou erros nos arquivos catalogados;
- identificar e elaborar propostas para melhorias de qualidade dos dados disponibilizados;
- analisar as solicitações de informações mais recorrentes em transparência passiva e sugerir novos conjuntos de dados candidatos à abertura;
- prever formas para garantir a disponibilidade dos dados abertos, bem como a incorporação do processo de abertura dentro da rotina do órgão; e
- garantir não somente a sustentabilidade, mas também a melhoria contínua do processo de publicação e atualização.

Neste 4º Plano de Dados Abertos, realizou-se uma verificação completa de todos os dados publicados e concluiu-se que alguns necessitavam de melhoria e outros devem ser descontinuados por não atenderem aos requisitos da INDA. A observação sobre cada dado está contida na Seção de Anexos.

Comunicação

A divulgação do Plano de Dados Abertos do MMA e de suas revisões será realizada por meio do endereço institucional do MMA na Internet (<https://www.gov.br/mma/pt-br>), do SFB (<https://www.gov.br/florestal/pt-br>) e na Intranet, buscando atingir tanto a sociedade quanto o público interno, de modo a aprimorar a disseminação da cultura da transparência na disponibilização das informações. Além disso, o MMA e o SFB disseminarão as informações em suas redes sociais e nos meios oficiais de comunicação, bem como junto aos principais usuários destes dados. Os órgãos continuarão atualizando o levantamento dos principais questionamentos sociais por meio da plataforma Fala.Br, com vistas a orientar a abertura de dados, aumentando, dessa forma, a transparência ativa.

Qualquer pessoa poderá usar os canais de comunicação do MMA ou a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR - <https://falabr.cgu.gov.br/>) para informar ao Ministério e o SFB sobre problemas técnicos, erros ou inconsistências encontradas nos dados publicados, o que será encaminhado à área responsável para tratamento e resposta. Os usuários também podem fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA.

Monitoramento e Controle

A responsabilidade por monitorar a implementação do Plano ficará a cargo da autoridade responsável pela Lei de Acesso à Informação (LAI), em atenção ao estabelecido no art. 5º, §4º, do Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016.

§ 4º A autoridade designada nos termos do [art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011](#), será responsável por assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, e exercerá as seguintes atribuições:

- I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;
- II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;
- III - monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos; e
- IV - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos. [BRASIL. Decreto n.º 8.777; 2016]

Conforme o Art. 5º, § 1º do [Decreto n.º 11.529, de 16 de maio de 2023](#), na administração pública federal direta, as unidades setoriais do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sitai) são as assessorias especiais de controle interno.



VIII. Plano de Ação

Em termos de execução, a atuação do Ministério e do Serviço Florestal Brasileiro será guiada pelos cronogramas de abertura de bases e promoção, fomento, uso e reuso das bases de dados.

Cronograma de elaboração do PDA

Ação	Responsáveis	Prazo
Portaria MMA nº1.350, de 18 de março de 2025	Secretária-Executiva Adjunta	18/03/2025
Elaboração e Homologação do Inventário de Bases de Dados	Grupo de Trabalho	04/04/2025
Abertura de Consulta Pública	Assessoria Especial de Controle Interno	05 a 21/05/2025
Apresentação do Resultado da Consulta Pública e Priorização de Bases de Dados	Grupo de Trabalho	02 a 13/06/2025
Definição do cronograma de abertura das Bases de Dados	Grupo de Trabalho	17/07/2025 a 24/07/2025
Definição da estratégia e do cronograma, dos mecanismos de promoção, fomento, uso e reuso das Bases de Dados	Grupo de Trabalho	25/07/2025 a 01/08/2025
Elaboração e revisão do texto do PDA	Assessoria Especial de Controle Interno e Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica	04/08/2025 a 19/08/2025
Aprovação do texto do PDA	Grupo de Trabalho	20/08/2025 a 29/08/2025
Consulta à CGU	Assessoria Especial de Controle Interno	01 a 20/09/2025
Avaliação das contribuições feitas pela CGU	Grupo de Trabalho	30/09/2025
Tramitação interna	Comitê de Governança Digital, Consultoria Jurídica e Gabinete da Ministra	10/10/2025
Publicação e Divulgação do PDA	Gabinete da Ministra, Assessoria Especial de Controle Interno, Assessoria Especial de Comunicação Social e Serviço Florestal Brasileiro	Dezembro/2025

Cronograma de abertura de novas bases de dados

BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO	FREQUÊNCIA
Cadastro do Programa Bolsa Verde (2023-atual)	Publicação da base de dados das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde no período de 2023 até a presente data.	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável gab_snpct@mma.gov.br	Janeiro /2026	Mensal
Sistema do Conselho Nacional do Conama	Sistema de registro de dados dos conselheiros, reuniões e processos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	Secretaria-Executiva dsisnama@mma.gov.br	Janeiro /2026	Mensal
Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas	Planilha consolidada com informações prestadas por detentores e destinadores de PCB (quantidade destinada, quantidade a destinar).	Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental gabinete.sqa@mma.gov.br	Janeiro /2026	Anual
Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas	Criado pela RESOLUÇÃO CONAMA/Nº 006/89, o CNEA foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientalistas não governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. O CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas que ocupam a vaga de Conselheiro representante das Entidades Ambientalistas Cíveis no Plenário do CONAMA pelo período de dois anos, sendo que as Entidades candidatas e votantes deverão estar inscritas no CNEA por igual período.	Secretaria-Executiva dsisnama@mma.gov.br	Janeiro /2026	Anual
Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD	Processos seletivos, regimento interno e outros atos da Comissão	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável gab_snpct@mma.gov.br	Janeiro /2026	Outras
Licitações e Contratos do SFB	Relação das Licitações e Contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro	Coordenação-Geral de Administração cgad@florestal.gov.br	Janeiro /2026	Mensal
IFN - Inventário Florestal Nacional	As informações disponibilizadas se referem a dados biofísicos, botânicos e socioambientais.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Janeiro /2026	Anual
Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)	Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal. Os dados do CNFP auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de unidades de conservação e realização de concessões florestais. O Cadastro contribui para a transparência, a participação social e unificação das informações sobre as florestas públicas.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Janeiro /2026	Anual
Salas Verdes	O Projeto Salas Verdes consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à	Departamento de Educação Ambiental e Cidadania da Secretaria-Executiva dea@mma.gov.br	Janeiro /2026	Anualmente

BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO	FREQUÊNCIA
	informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.			
Base de dados sobre o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	Informações sistematizadas sobre as Áreas Sujeitas à Desertificação - ADS, inclusive geo em várias escaladas, ações da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e outros	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável gab_snpct@mma.gov.br	Fevereiro/2026	Outras
Madeiras estudadas pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	O banco de dados Madeiras do Brasil é um importante subsídio e uma ferramenta essencial à disposição da indústria de base florestal, da comunidade acadêmica e da sociedade, proporcionando uma melhor divulgação das madeiras brasileiras no mercado nacional e internacional, facilitando a comercialização de espécies pouco conhecidas nestes mercados e contribuindo para ampliar o uso de um número maior de espécies florestais, em áreas de manejo florestal sustentável e assim, ajudar no desempenho econômico da atividade do manejo em áreas florestais no país.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Fevereiro/2026	Anual
Coleção de fungos xilófagos do Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	Fungos filamentosos, em sua maioria, biodeterioradores da madeira. Classificados entre os Basidiomycota (maior parte dos isolados) e Ascomycota. Conhecidos por causarem as podridões branca, parda e mole na madeira e nos seus produtos.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Fevereiro/2026	Anual
Xiloteca Harry van der Slooten do LPF/SFB	Coleção de amostras de madeira existentes no Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Seu foco principal são espécies amazônicas.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Fevereiro/2026	Anual
Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras	Lista oficial de espécies de flora e de fauna exóticas invasoras identificadas no Brasil e as espécies de risco potencial.	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais gabinete.sbio@mma.gov.br	Janeiro/2026	Trienal
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES	Lista de espécies constantes dos Anexos I, II e III da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). As espécies incluídas nestes Apêndices são referenciadas: a) Pelo nome da espécie; ou b) Como sendo todas as espécies incluídas num táxon superior ou uma parte designada deste.	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais gabinete.sbio@mma.gov.br	Janeiro/2026	Trienal
Painel da Regularização Ambiental Rural	Painel interativo com as informações sobre a evolução da regularização ambiental de imóveis rurais brasileiros.	Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Fevereiro/2026	Mensal
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS	Listas das Espécies Migratórias de Animais Silvestres Incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias – CMS	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais gabinete.sbio@mma.gov.br	Fevereiro/2026	Trienal

Cronograma de abertura e aprimoramento das bases de dados do MMA e do SFB



* As bases que já estão abertas no portal realizarão as próximas atualizações nas datas bases indicadas no cronograma do gráfico.

Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases de dados

Para garantir que os dados abertos gerem valor para a sociedade, o MMA implementará um plano proativo de engajamento, com ações direcionadas para diferentes públicos, visando estimular a utilização, a inovação e o controle social.

TÍTULO DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL	DATA/PERÍODO
Lançamento e divulgação de novas bases ambientais e florestais	Publicar matérias no portal do MMA e do SFB, redes sociais, destacando conteúdo, relevância e utilidade das novas bases de dados	Unidade responsável pela curadoria da base de dados com a Assessoria Especial de Comunicação Social ascom@mma.gov.br	Mês corrente ou subsequente à abertura de uma nova base
Revisão e atualização dos dados	Revisar e atualizar, na periodicidade e com antecedência à data base comprometida, os dados e os metadados das bases abertas no PDA e no Diretório da INDE, garantindo atualização no Portal Brasileiro de Dados Abertos e nos sites institucionais.	Unidade responsável pela curadoria da base de dados, conforme e-mails designados no inventário e no e-mail aeci@mma.gov.br Assessoria Especial de Comunicação Social ascom@mma.gov.br Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação (CGTI) cgti@mma.gov.br	Frequência de cada base
Levantamento de demandas de informação junto à sociedade	Identificar, por meio de consultas públicas, ouvidoria e interações em eventos e fóruns, demandas sociais por informações ambientais e florestais.	Unidade responsável pela curadoria da base de dados, conforme e-mails designados no inventário e no e-mail aeci@mma.gov.br Assessoria Especial de Comunicação Social ascom@mma.gov.br Ouvidorias do MMA sic@mma.gov.br e do SFB gabinete@florestal.gov.br	Anual
Monitoramento do PDA	Monitorar a execução do PDA e entrar em contato com as unidades para providências, caso necessário.	Assessoria Especial de Controle Interno aeci@mma.gov.br	Semestral



Anexos

1. Inventário de bases de dados do MMA e SFB

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Adote um Parque	Dados sobre as Unidades de Conservação e Trilhas adotadas.	Departamento de Concessões. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Programa em processo de revisão e/ou revogação.	Política Nacional de Unidades de Conservação; Programa Adote um Parque	.csv	Sim
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Planilha consolidada com compilação de dados das adesões à A3P	Programa A3P: a3p@mma.gov.br Departamento de Educação Ambiental e Cidadania dea@mma.gov.br	Semestral	Não	Não se aplica	Política Nacional de Educação Ambiental, Programa A3P	.csv	Sim
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Planilha consolidada com compilação de instituições cadastradas no sistema de monitoramento online da A3P – Ressoa.	Programa A3P: a3p@mma.gov.br Departamento de Educação Ambiental e Cidadania dea@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Educação Ambiental, Programa A3P	.csv	Sim
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Planilha consolidada com compilação de instituições cadastradas à Rede A3P.	Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Semestral	Sim	A divulgação dessa informação foi descontinuada pois a participação em rede, conforme portaria A3P, é franqueada a pessoas e representantes de instituições, não requerendo inscrição e seleção por parte do MMA.	Política Nacional de Educação Ambiental,, Programa A3P	.csv	Sim
Agenda de Proteção e Defesa Animal	Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária celebrados para contribuir com a Agenda de Proteção e Defesa Animal	Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais dpda@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Proteção Animal	.csv	Sim
Agenda de Concessões	Dados sobre as Unidades de Conservação Concessionadas	Departamento de Concessões. Unidade ou competência extinta, conforme	Anual	Sim	A unidade técnica informa não deter competência sobre a Base de Dados, cuja	Não se aplica	.csv	Sim

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
		fundamentação de descontinuidade.			competência temática é do ICMBIO.			
Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade	Banco de Dados contendo as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, suas características e sua classificação, além de todos os dados utilizados como input no processo de identificação.	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	A cada 05 anos	Não	Não se aplica	Política Nacional de Biodiversidade	.csv, shp e kml	Sim
Áreas Úmidas - Sítios Ramsar Brasileiros	Fichas e Dados dos Sítios Ramsar Brasileiros, sua localização e características.	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	A cada 06 anos	Não	Não se aplica	Política Nacional de Recursos Hídricos	.csv, shp e kml	Sim
Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU) Ferramenta de apoio ao Programa Cidades Verdes Resilientes)	Planilha consolidada com dados relacionados às áreas verdes urbanas publicadas no Cadastro Ambiental Urbano - CAU, tais como: localidade; extensão; atributos naturais e de infraestrutura.	Departamento de Meio Ambiente Urbano dmur@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Programa Cidades Verdes Resilientes	.csv (a partir de 2026 formatos shp e kml)	Sim
Base de dados sobre o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	Informações sistematizadas sobre as Áreas Sujeitas à Desertificação - ADS, inclusive geo em várias escaladas, ações da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e outros	Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca dcde@mma.gov.br	Eventual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	.pdf, xml, csv, shp, outros	Não
Cadastro do Programa Bolsa Verde (2023-atual)	Cadastro do Bolsa Verde, inclui dados de pessoas cadastradas, pessoas beneficiárias, territórios prioritários, resultado de monitoramento de cobertura vegetal de territórios	Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais dpct@mma.gov.br	Mensal	Não	Não se aplica	Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde	.csv, shp e kml	Não
Cadastro Nacional de Entidades Ambientais	Criado pela RESOLUÇÃO CONAMA/Nº 006/89, o CNEA foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades	Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama dsisnama@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente	.html	Não

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
	Ambientalistas não governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição de representantes das entidades ambientalistas nacionais e das cinco regiões geográficas do país .							
Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)	Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal. Os dados do CNFP auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de unidades de conservação e realização de concessões florestais. O Cadastro contribui para a transparência, a participação social e unificação das informações sobre as florestas públicas.	Diretoria de Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro dff@florestal.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Gestão de Florestas Públicas	.pdf e .shp	Não
Coleção de fungos xilófagos do Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	Fungos filamentosos, em sua maioria, biodeterioradores da madeira. Classificados entre os Basidiomycota (maior parte dos isolados)	Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro lpf@florestal.gov.br	A cada 05 anos	Não	Não se aplica	Política Nacional de Gestão de Florestas Públicas	.pdf	Não

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
	e Ascomycota. Conhecidos por causarem as podridões branca, parda e mole na madeira e nos seus produtos.							
Colegiados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Planilha com dados consolidados contendo os colegiados ativos com participação do Ministério do Meio Ambiente.	Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica dge@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Não se aplica	.csv	Sim
Combate ao Lixo no Mar	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias e dados de triagem de resíduos.	Departamento de Gestão Ambiental Territorial. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Foram descontinuadas as ações de limpeza, não havendo dados a serem aportados.	Não se aplica	.csv; .pdf	Sim
Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD	Processos seletivos, regimento interno e outros atos da Comissão	Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca dcde@mma.gov.br	Eventual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	.pdf	Não
Conferência Nacional do Meio Ambiente	Textos das deliberações e atualizações com histórico, dados sobre órgãos e esferas de competência, dados sobre status de implementação e documentos anexos.	Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Ausência de ato normativo que regulamente a conferência quanto à sua periodicidade.	Não se aplica	.odt	Sim
CONAVEG / PLANAVEG	Resultados alcançados Plano Operativo CONAVEG	Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Os dados apresentados no 3º Plano de Dados Abertos do MMA (PDA 2022-2024) referem-se a informações do Plano Operativo 2020-2023 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, aprovado pela Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 10.142, de 28 de novembro de 2019 , o qual foi revogado pelo Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro 2023 , não havendo, portanto, atualizações ao conjunto de dados.	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	.csv; .pdf	Sim

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Emissões de gases do efeito estufa por desmatamento para fins de pagamento por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal)	Relatórios técnicos do Brasil encaminhados à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial gab.secd@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional sobre Mudança do Clima	.csv	Sim
Educação à distância (Educa +)	Planilha consolidada com compilação dos dados dos números de alunos inscritos e número de alunos aprovados em cada uma das turmas disponibilizadas na plataforma Ead do MMA.	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Semestral	Sim	A descontinuidade desta ação deve-se à desatualização da plataforma, muito antiga do ponto de vista tecnológico, e a finalização de contratos de manutenção. Outro contrato e outra plataforma estão sendo elaborados para dar continuidade, posteriormente, à essa ação.	Política Nacional de Educação Ambiental	.csv; .pdf	Sim
Espécies Ameaçadas	Planilha com dados consolidados sobre as espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	Até 10 anos	Não	Não se aplica	Política Nacional da Biodiversidade	.csv	Sim
Financiamento em Mudança do Clima sob responsabilidade do MMA	Compilado de Fontes de Financiamento Nacionais e Internacionais de ações em mudança do clima contendo descrições da fonte, mecanismos e valores.	Departamento de Clima. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	A base está em duplicidade com a base de dados referente ao "Acompanhamento de Projetos de Recursos Externos", competência institucional do DFRE/SMC e executada por meio do programa GEPROD - Gestão de Informações Estratégicas	Política Nacional do Meio Ambiente e Política Nacional de Mudanças do Clima	.csv	Sim
Fundo Nacional do Meio Ambiente	Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMA, incluindo instituição executora, objeto, município, UF, Bioma, região geográfica, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos dfre@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente	.csv	Sim

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMC com recursos não reembolsáveis, incluindo instituição executora, objeto, UF, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos dfre@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional sobre Mudança do Clima	.csv	Sim
Sistema de Gestão de Informações Estratégicas de Projetos e Documentos - Geprod ⁹	Dados e documentos sobre programas e projetos apoiados por recursos externos, coordenado pelo MMA e seus órgãos vinculados. Esses projetos são formalizados por meio de cooperação, acordos e instrumentos congêneres, de natureza técnica ou financeira, com organismos internacionais, governos estrangeiros, além de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.	Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos dfre@mma.gov.br	Mensal	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ N° 548, de 14 de dezembro de 2021 .	.csv e .pdf	Sim
Indicadores Ambientais Nacionais	Folha síntese de 19 indicadores.	Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica dge@mma.gov.br	Não determinada	Sim	Não se configura como dado aberto.	Não se aplica	.odt	Sim
IFN - Inventário Florestal Nacional	As informações disponibilizadas se referem a dados biofísicos, botânicos e socioambientais.	Coordenação do Inventário Florestal Nacional do Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Gestão de Florestas Públicas	.csv e .pdf	Não
Informações sobre os pagamentos por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação)	Valores doados, resultados pagos, resultados disponíveis para pagamento e limites de captação de resultados de REDD+ por entidades elegíveis	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial gab.secd@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional sobre Mudança do Clima	.odt e .pdf	Sim

⁹ A base de dados denominada Sistema de Gestão de Informações Estratégicas de Projetos e Documentos – Geprod refere-se à base previamente publicada no Portal de Dados Abertos sob a nomenclatura Recursos Externos (GEPROD), cuja denominação e dados vêm sendo continuamente atualizados.

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
florestal) produzidos pelo Brasil.								
Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas	Planilha consolidada com informações prestadas por detentores e destinadores de PCB (quantidade destinada, quantidade a destinar).	Departamento de Qualidade Ambiental dqa@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Resíduos Sólidos	.csv	Não
Legislação Ambiental Brasileira	Planilha com dados consolidados sobre legislação ambiental com série histórica a partir de 1937.	Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica dge@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Meio Ambiente	.csv	Sim
Licitações e Contratos do SFB	Relação das Licitações e Contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB	Coordenação-Geral de Administração cgad@florestal.gov.br	Mensal	Não	Não se aplica	Não se aplica	Portal do SFB e .PDF	Não
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES	Lista de espécies constantes dos Anexos I, II e III da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). As espécies incluídas nestes Apêndices são referenciadas: a) Pelo nome da espécie; ou b) Como sendo todas as espécies incluídas num táxon superior ou uma parte designada deste.	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	A cada 03 Anos	Não	Não se aplica	Política Nacional da Biodiversidade	.csv	Não
Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS	Listas das Espécies Migratórias de Animais Silvestres Incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias – CMS	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	A cada 03 Anos	Não	Não se aplica	Política Nacional da Biodiversidade	.csv	Não
Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras	Lista oficial de espécies de flora e de fauna exóticas invasoras identificadas no Brasil e as espécies de risco potencial.	Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade dcbio@mma.gov.br	Não Definido	Não	Não se aplica	Política Nacional da Biodiversidade	Não Definido	Não

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Madeiras estudadas pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	O banco de dados Madeiras do Brasil é um importante subsídio e uma ferramenta essencial à disposição da indústria de base florestal, da comunidade acadêmica e da sociedade, proporcionando uma melhor divulgação das madeiras brasileiras no mercado nacional e internacional, facilitando a comercialização de espécies pouco conhecidas nestes mercados e contribuindo para ampliar o uso de um número maior de espécies florestais, em áreas de manejo florestal sustentável e assim, ajudar no desempenho econômico da atividade do manejo em áreas florestais no país.	Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro lpf@florestal.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política de Gestão de Florestas Públicas	.pdf	Não
Orçamento Anual do SFB	Apresentação dos dados do Orçamento do Serviço Florestal Brasileiro/MMA	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças cgpof@florestal.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Não se aplica	.csv	Sim
Orçamento Anual MMA	Planilha consolidada com os dados do orçamento dos últimos 10 anos, com diversos atributos para filtragem.	Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA spoa@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Não se aplica	.csv	Sim
Painel da Regularização Ambiental Rural	Painel interativo com as informações sobre a evolução da regularização ambiental de imóveis rurais brasileiros.	Diretoria de Regularização Ambiental Rural do Serviço Florestal Brasileiro gabinete@florestal.gov.br	Mensal	Não	Não se aplica	Código Florestal	Painel interativo publicado em repositório do PowerBI sob licença do SFB e disponibilizado na Internet	Não
Programa Parque +	Dados sobre Unidades de Conservação, trilhas beneficiadas pelo Programa Rede Trilhas e acessibilidade no Projeto Acessibilidade.	Departamento de Concessões. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Programa descontinuado.	Não se aplica	.csv	Sim

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre acesso ao patrimônio genético.	Departamento de Patrimônio Genético dpg@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Biodiversidade, Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB	.csv	Sim
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre Autos de Infração: Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado julgados em 3ª instância.	Departamento de Patrimônio Genético dpg@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Biodiversidade, Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB	.csv	Sim
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre Notificação de Produto Acabado ou Material Reprodutivo.	Departamento de Patrimônio Genético dpg@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Biodiversidade, Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB	.csv	Sim
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético.	Departamento de Patrimônio Genético dpg@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Biodiversidade, Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB	.csv	Sim
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre CURBs anuídos durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	Departamento do Patrimônio Genético. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Os dados referentes aos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético ou do Conhecimento Tradicional Associado (CURBs), anuídos durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001 , foram descontinuados em razão da revogação do regime jurídico anterior pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – conhecida como Marco Legal da Biodiversidade.	Política Nacional de Biodiversidade	csv;	Sim
Patrimônio Genético	Planilha contendo dados sobre Instituições que mantêm coleções ex situ credenciadas durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.	Departamento do Patrimônio. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	A descontinuidade dos dados relacionados às instituições que mantinham coleções ex situ credenciadas durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001 , decorre da revogação do marco legal anterior pela entrada em vigor da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.	Política Nacional de Biodiversidade	.csv	Sim
Planos de Ação para a Prevenção e Controle do	Planos contendo a descrição das dinâmicas do desmatamento e queimadas nos biomas e	Departamento de Políticas de Controle do	Bianual	Não	Não se aplica	Política Nacional sobre Mudança do Clima	.pdf	Sim

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Desmatamento (PPCD)	quadro-síntese de políticas públicas que visam reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável	Desmatamento e Incêndios (DPCD) dpcd@mma.gov.br						
Programa Antártico Brasileiro	Consolidação de todas as avaliações de impacto ambiental das atividades dos projetos de pesquisa propostas para o verão subsequente na Antártica; detalhamento das atividades propostas e parecer do GAAM sobre a avaliação de impacto ambiental de cada projeto.	Departamento de Ecossistemas. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	A divulgação e disponibilização dos dados correspondentes cabem ao Grupo de Avaliação Ambiental (GAAM), do Programa Antártico Brasileiro, por intermédio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.	Política Nacional para Assuntos Antárticos; Programa Antártico Brasileiro	.csv; .pdf	Sim
Programa Bolsa Verde (2011-2017)	Relação do número de famílias e municípios atendidos pelo Programa Bolsa Verde.	Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais dpct@mma.gov.br	Mensal	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente e a outras políticas como Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional de Biodiversidade	.csv	Sim
Relatório de Gestão	Documento produzido seguindo orientações do TCU. Consolida informações relevantes sobre a gestão e principais resultados do exercício.	Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica dge@mma.gov.br	Anual	Sim	Não se configura como dado aberto.	Não se aplica	.odp; .odt; .pdf	Sim
Rios+Limpos	Planilha consolidada com resultados de ações de limpeza de rios, mangues e praias.	Departamento de Gestão de Qualidade do Ar e das Águas. Unidade ou competência extinta, conforme fundamentação de descontinuidade.	Anual	Sim	Sistema foi descontinuado. O Decreto nº 12.254/2024 não estabelece esta política como competência da Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA), não havendo, portanto, atribuição legal expressa à referida secretaria quanto à sua formulação ou implementação.	Não se aplica	.csv	Sim
Salas Verdes	O Projeto Salas Verdes é uma iniciativa do Departamento de Documentação do Ministério do Meio Ambiente que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para	Projeto Salas Verdes: salaverde@mma.gov.br Departamento de Educação Ambiental e Cidadania dea@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Educação Ambiental	.csv	Não

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
	atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.							
Sistema do Conselho Nacional do Conama	Sistema de registro de dados dos conselheiros, reuniões e processos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	Departamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente dsisnama@mma.gov.br	Não definida	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente	.html	Não
Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAR¹⁰	Planilha consolidada com dados do monitoramento da qualidade do ar e localização (estado, município e coordenadas geográficas) de estações de monitoramento integradas ao sistema.	Departamento de Qualidade Ambiental dqa@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Qualidade do Ar	.csv	Sim
Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - Sinir	Planilhas geradas a partir de informações prestadas nos módulos do Sinir: Estados e Municípios e MTR Nacional	Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos dgr@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Resíduos Sólidos	.csv	Sim
Transferências Voluntárias	Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária, celebrados pelo MMA, e em execução (vigentes), com dados gerais de cada parceria.	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração spoa@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Não se aplica	.csv	Sim

¹⁰ A base de dados denominada Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAR refere-se à base previamente publicada no Portal de Dados Abertos sob a nomenclatura Ar Puro – MonitorAr, cuja denominação e dados vêm sendo continuamente atualizados.

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	DESCONTINUADA?	FUNDAMENTAÇÃO EM CASO DE DESCONTINUIDADE	NOME DA POLÍTICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	FORMATOS	DISPONÍVEL NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS?
Unidades de Conservação	Lista das Unidades de Conservação do Brasil ativas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, com respectivas categorias de manejo, área, esfera de governo e ano de criação..	Departamento de Áreas Protegidas dap@mma.gov.br	Semestral	Não	Não se aplica	Política Nacional de Unidade de Conservação	.csv	Sim
Xiloteca Harry van der Slooten do LPF/SFB	Coleção de amostras de madeira existentes no Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Seu foco principal são espécies amazônicas.	Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro lpf@florestal.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional de Gestão de Florestas Públicas	Lista de amostras de madeiras registradas na xiloteca do LPF	Não
Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	Cobertura do Território Brasileiro com Diretrizes de Uso e ocupação em Bases Sustentáveis, definidas por meio de iniciativas de zoneamento ecológico-econômico (ZEE)	Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial dot@mma.gov.br	Anual	Não	Não se aplica	Política Nacional do Meio Ambiente, com articulação à Política Nacional de Ordenamento Territorial e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.	.doc e .jpeg	Sim



2. Dados de sistemas

Os dados do **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**, **Portal Nacional de Licenciamento Ambiental**, do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF e do Inventário Florestal Nacional - IFN são disponibilizados em formato aberto, por meio de consulta parametrizada nos sistemas descritos abaixo:

Sistema	Descrição	Link do sistema
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC	O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo MMA com a colaboração dos Órgãos gestores federal, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Neste ambiente, são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação. Assim, a sociedade poderá acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional.	https://cnuc.mma.gov.br/
Portal Nacional de Licenciamento Ambiental – PNLA	O Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA) é uma ferramenta disponibilizada pelo MMA para divulgar informações relacionadas aos procedimentos do licenciamento ambiental, possibilitar a transparência desses processos de gestão pública e fortalecer o controle social. O PNLA tem por objetivo atender à <u>Lei n.º 10.650, de 16 de abril de 2003</u> , que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), o PNLA foi criado para agregar e sistematizar informações sobre o licenciamento ambiental e facilitar o acesso público gerado nas esferas de governo: federal, estadual e distrital.	http://pnla.mma.gov.br/pesquisa-de-licenciamento-ambiental
Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF	O Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF, competência do SFB, busca ser a referência em dados e informações florestais, fornecendo subsídios para políticas, programas e projetos que conciliem o uso e a conservação das florestas do Brasil. Disponibiliza painéis interativos, planilha de dados e seus metadados associados, sobre diferentes temas. Inclui temas como recursos florestais, produção florestal, ensino florestal, concessão florestal, IFN.	https://snif.florestal.gov.br/pt-br/
Inventário Florestal Nacional - IFN	O Inventário Florestal Nacional - IFN é o principal levantamento de dados em campo realizado pelo governo federal para produzir informações sobre os recursos florestais brasileiros. As informações disponibilizadas se referem a dados biofísicos, botânicos e socioambientais.	https://snif.florestal.gov.br/pt-br/temas-florestais/ifn

3. Devolutiva da consulta pública

A consulta pública teve duração de 17 dias (de 05 a 21/05/2025) no [Portal Participa + Brasil](#). Ao todo, foram registrados 03 participantes e 20 votos, distribuídos conforme exposto abaixo. Todas as bases de dados serão disponibilizadas.

ITEM	NOME DA BASE DE DADOS	VOTOS
1	Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: Planilha consolidada com compilação de dados das adesões à A3P.	0
2	Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: Planilha consolidada com compilação de instituições cadastradas no sistema de monitoramento online da A3P – Ressoá.	0
16	Agenda de Proteção e Defesa Animal: Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária celebrados para contribuir com a Agenda de Proteção e Defesa Animal.	0
17	Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade: Banco de Dados contendo as Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, suas características e sua classificação, além de todos os dados utilizados como input no processo de identificação.	2
18	Áreas Úmidas - Sítios Ramsar Brasileiros: Fichas e Dados dos Sítios Ramsar Brasileiros, sua localização e características.	1
26	Áreas Verdes Urbanas (Cadastro Ambiental Urbano - CAU) Ferramenta de apoio ao Programa Cidades Verdes Resilientes): Planilha consolidada com dados relacionados às áreas verdes urbanas publicadas no Cadastro Ambiental Urbano - CAU, tais como: localidade; extensão; atributos naturais e de infraestrutura.	0
24	Base de dados sobre o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca: Informações sistematizadas sobre as Áreas Sujeitas à Desertificação - ADS, inclusive geo em várias escaladas, ações da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e outros.	2
22	Cadastro do Programa Bolsa Verde (2023-atual): Cadastro do Bolsa Verde, inclui dados de pessoas cadastradas, pessoas beneficiárias, territórios prioritários, resultado de monitoramento de cobertura vegetal de territórios.	0
44	Cadastro Nacional de Entidades Ambientais: Criado pela Resolução Conama/Nº 006/89 , o CNEA foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientais não governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas que ocupam a vaga de Conselheiro representante das Entidades Ambientais Cíveis no Plenário do CONAMA pelo período de dois anos, sendo que as Entidades candidatas e votantes deverão estar inscritas no CNEA por igual período.	2
30	Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP: Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal. Os dados do CNFP auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de unidades de conservação e	0

ITEM	NOME DA BASE DE DADOS	VOTOS
	realização de concessões florestais. O Cadastro contribui para a transparência, a participação social e unificação das informações sobre as florestas públicas.	
35	Coleção de fungos xilófagos do Laboratório de Produtos Florestais-LPF: Fungos filamentosos, em sua maioria, biodeterioradores da madeira. Classificados entre os Basidiomycota (maior parte dos isolados) e Ascomycota. Conhecidos por causarem as podridões branca, parda e mole na madeira e nos seus produtos.	0
4	Colegiados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: Planilha com dados consolidados contendo os colegiados ativos com participação do Ministério do Meio Ambiente.	0
23	Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD: Processos seletivos, regimento interno e outros atos da Comissão.	0
20	Desmatamento e Degradação florestal) produzidos pelo Brasil: Valores doados, resultados pagos, resultados disponíveis para pagamento e limites de captação de resultados de REDD+ por entidades elegíveis.	0
19	Emissões de gases do efeito estufa por desmatamento para fins de pagamento por resultados de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal): Relatórios técnicos do Brasil encaminhados à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).	0
14	Espécies Ameaçadas: Planilha com dados consolidados sobre as espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.	1
3	Fundo Nacional do Meio Ambiente: Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMA, incluindo instituição executora, objeto, município, UF, Bioma, região geográfica, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	1
7	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: Dados sobre os projetos apoiados pelo FNMC com recursos não reembolsáveis, incluindo instituição executora, objeto, UF, valor repassado pelo fundo, valor da contrapartida, início e fim de vigência.	1
29	Inventário Florestal Nacional- IFN: As informações disponibilizadas se referem a dados biofísicos, botânicos e socioambientais.	1
43	Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas: Planilha consolidada com informações prestadas por detentores e destinadores de PCB (quantidade destinada, quantidade a destinar).	0
5	Legislação Ambiental Brasileira: Planilha com dados consolidados sobre legislação ambiental com série histórica a partir de 1937.	2
32	Licitações e Contratos do SFB: Relação das Licitações e Contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB	0
40	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CITES: Lista de espécies constantes dos Anexos I,II e III da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). As espécies incluídas nestes Apêndices são referenciadas: a) Pelo nome da espécie; ou b) Como sendo todas as espécies incluídas num táxon superior ou uma parte designada deste.	0
41	Lista de Espécies Nativas constantes dos Anexos da CMS: Listas das Espécies Migratórias de Animais Silvestres Incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias – CMS.	1
42	Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras: Lista oficial de espécies de flora e de fauna exóticas invasoras identificadas no Brasil e as espécies de risco potencial.	1
36	Madeiras estudadas pelo Laboratório de Produtos Florestais -LPF: O banco de dados Madeiras do Brasil é um importante subsídio e uma ferramenta essencial à disposição da indústria de base florestal, da comunidade acadêmica e da sociedade, proporcionando uma melhor divulgação das madeiras brasileiras no mercado	0

ITEM	NOME DA BASE DE DADOS	VOTOS
	nacional e internacional, facilitando a comercialização de espécies pouco conhecidas nestes mercados e contribuindo para ampliar o uso de um número maior de espécies florestais, em áreas de manejo florestal sustentável e assim, ajudar no desempenho econômico da atividade do manejo em áreas florestais no país.	
33	Orçamento Anual do SFB: Apresentação dos dados do Orçamento do Serviço Florestal Brasileiro/MMA.	0
8	Orçamento Anual MMA: Planilha consolidada com os dados do orçamento dos últimos 10 anos, com diversos atributos para filtragem.	0
31	Painel da Regularização Ambiental Rural: Painel interativo com as informações sobre a evolução da regularização ambiental de imóveis rurais brasileiros.	0
10	Patrimônio Genético: Planilha contendo dados sobre acesso ao patrimônio genético.	0
11	Patrimônio Genético: Planilha contendo dados sobre Autos de Infração: Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado julgados em 3ª instância.	0
12	Patrimônio Genético: Planilha contendo dados sobre Notificação de Produto Acabado ou Material Reprodutivo.	0
13	Patrimônio Genético: Planilha contendo dados sobre Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético.	0
39	Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento -PPCD: Planos contendo a descrição das dinâmicas do desmatamento e queimadas nos biomas e quadro-síntese de políticas públicas que visam reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável.	0
21	Programa Bolsa Verde (2011-2017): Relação do número de famílias e municípios atendidos pelo Programa Bolsa Verde.	0
6	Recursos Externos: Sistema de Gestão de Informações de Projetos e Documentos – Geprod	0
37	Salas Verdes: O Projeto Salas Verdes é uma iniciativa do Departamento de Documentação do Ministério do Meio Ambiente que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.	0
45	Sistema do Conselho Nacional do Conama: Sistema de registro de dados dos conselheiros, reuniões e processos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).	1
25	Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAR: Planilha consolidada com dados do monitoramento da qualidade do ar e localização (estado, município e coordenadas geográficas) de estações de monitoramento integradas ao sistema.	0
28	Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF:Disponibiliza painéis interativos, planilha de dados e seus metadados associados, sobre diferentes temas. Inclui temas como recursos florestais, produção florestal, ensino florestal, concessão florestal, IFN. ¹¹	0

¹¹ Embora o SNIF tenha sido mencionado na Consulta Pública do PDA, trata-se de um sistema integrador que disponibiliza, em formato aberto, dados primários do SFB e de outras instituições, não configurando uma base autônoma a ser publicada no Portal Brasileiro de Dados Abertos, mas sim uma saída de dados dessas bases. Assim, após a consulta pública, reavaliou-se que sua menção no Inventário e no Cronograma de Abertura não seria adequada.

ITEM	NOME DA BASE DE DADOS	VOTOS
27	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - Sinir: Planilhas geradas a partir de informações prestadas nos módulos do Sinir: Estados e Municípios e MTR Nacional	0
9	Transferências Voluntárias: Planilha consolidada contendo a relação dos instrumentos de transferência voluntária, celebrados pelo MMA, e em execução (vigentes), com dados gerais de cada parceria.	1
15	Unidades de Conservação: Lista das Unidades de Conservação do Brasil ativas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, com respectivas categorias de manejo, área, esfera de governo e ano de criação.	1
34	Xiloteca Harry van der Slooten do LPF/SFB: Coleção de amostras de madeira existentes no Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Seu foco principal são espécies amazônicas.	0
38	Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE: Cobertura do Território Brasileiro com Diretrizes de Uso e ocupação em Bases Sustentáveis, definidas por meio de iniciativas de zoneamento ecológico-econômico (ZEE).	2



4. Lista de Abreviaturas e Siglas

- A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública.
- ADS - Áreas Sujeitas à Desertificação
- CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.
- CITES – Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.
- CMS – Convenção sobre Espécies Migratórias.
- CNCD - Comissão Nacional de Combate à Desertificação
- CONAVEG – Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.
- CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.
- CURB – Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.
- DAP - Departamento de Áreas Protegidas.
- DCBio – Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.
- DCDE – Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.
- DCM – Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento.
- DCOL – Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
- DEA – Departamento de Educação Ambiental e Cidadania.
- DGAR – Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural.
- DGE – Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica.
- DGR – Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos.
- DFF – Diretoria de Fomento Florestal.
- DFLO – Departamento de Florestas.
- DFRE – Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos.
- DMUR – Departamento de Meio Ambiente Urbano.
- DOceano – Departamento de Oceano e Gestão Costeira.
- DOT – Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial.
- DPCD – Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas.
- DPCT – Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais.
- DPDA – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais.
- DPEB – Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia.
- DPES – Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros.
- DPG – Departamento de Patrimônio Genético.
- DRA – Diretoria de Regularização Ambiental.
- DPMA – Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação.

- DRMA - Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.
- DQA – Departamento de Qualidade Ambiental.
- DSisnama – Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.
- e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
- FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
- FNRB – Fundo Nacional para Repartição de Benefícios.
- GAAM/Proantar – Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro.
- GEPROD – Sistema de Gestão de Informações Estratégicas de Projetos e Documentos.
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
- INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
- LPF – Laboratório de Produtos Florestais.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- MonitorAr – Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar.
- PDA – Plano de Dados Abertos.
- PLANAVEG – Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.
- PNLA – Portal Nacional de Licenciamento Ambiental.
- REDD+ – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal.
- Ressoa – Sistema de monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
- SBC – Secretaria Nacional de Bioeconomia.
- SBio – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais.
- SECD – Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial.
- SECEX – Secretaria-Executiva.
- SFB – Serviço Florestal Brasileiro.
- SisGen – Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado.
- SMC – Secretaria Nacional de Mudança do Clima.
- SNPCT – Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
- SQA – Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental.



5. Glossário

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em alguns meios, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (Houaiss, 2001; Setzer, 2001).

Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na Internet, disponibilizados, sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.

Dados Abertos Governamentais: metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando ao aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade.

Dado acessível ao público: qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de 4 novembro de 2011.

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Governança Digital: utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (Machado, 2002; Setzer, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

Plano de Dados Abertos: documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

6. Referências

Nome	Descrição	Localização
Catologação no Portal Brasileiro da Dados Abertos	<p>Os dados abertos por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem ser catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A catalogação vai além da publicação de arquivos de dados no Portal. É fundamental que sejam informados os metadados associados, o que facilitará o acesso ao dado e a sua melhor compreensão e utilização pela sociedade.</p> <p>Os documentos neste repositório orientam sobre a publicação de dados abertos.</p>	<p>https://dados.gov.br/dados/conteudo/publicacoes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cartilha Técnica para Publicação de Dados • Como publicar um conjunto de dados • Como publicar um reuso • Live - Como construir e executar um Plano de Dados Abertos, realizada em 27/06/2025 • Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico do Governo Federal – VCGE
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)	Criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA.	https://www.gov.br/participamaisbrasil/comite-gestor-da-infraestrutura-de-dados-abertos-
Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA)	Responsável, dentre outras iniciativas para desenvolvimento da estratégia de governo aberto, por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil.	https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/comite-interministerial
Decreto n.º 6.666, de 27 de novembro de 2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6666.htm
Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm
Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8777.htm
Decreto n.º 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9903.htm
Decreto n.º 10.160, de 9 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm
Decreto n.º 12.069, de 21 de junho de 2024	Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital – Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12069.htm
Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024	Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12198.htm
eMAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) tem o compromisso de ser o norteador no desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo o acesso a todos.	http://emag.governoeletronico.gov.br/
e-PING – Arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	A arquitetura e-PING define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	http://eping.governoeletronico.gov.br/
Guia de Abertura de Dados	Documento que descreve o processo, métodos e técnicas para a implementação de uma política de dados abertos no âmbito de uma instituição.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/Guiaaberturadados.pdf
IND - Infraestrutura Nacional de Dados	A Infraestrutura Nacional de Dados (IND) constitui um conjunto de normas, políticas, arquiteturas, padrões, ferramentas tecnológicas e ativos de informação, com vistas a promover o uso estratégico dos dados em posse dos órgãos e das entidades do Poder Executivo federal.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados

Nome	Descrição	Localização
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	A INDA é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/infraestrutura-nacional-de-dados-abertos
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.	https://inde.gov.br/
Instrução Normativa n.º 4 de 12 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público, aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/dados-abertos/InstrucaoNormativaINDA42012.pdf
Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm
Lei nº 14.850, de 2 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114850.htm
Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos (PDAs)	Passo-a-passo para a elaboração de um PDA.	https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/arquivos/manual-pda.pdf
Mapa Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Entidades Vinculadas	É a representação visual da estratégia da instituição, em que cada componente se organiza de forma balanceada, sempre considerando a interação de causa e efeito entre eles.	https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento-estrategico-institucional/mapa-estrategico.jpg
OGP - <i>Open Government Partnership</i> /Parceria para Governo Aberto	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	https://www.opengovpartnership.org/
Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto	Estratégias e atividades a serem colocadas em prática para alcançar objetivos relativos aos princípios e às diretrizes da OGP.	https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao
Plano de Ação da INDA	O Plano de Ação da INDA é o instrumento de planejamento para a execução e melhoria da Política de Dados Abertos.	https://dados.gov.br/dados/conteudo/plano-de-acao-da-inda
Plano Diretor de Tecnologia da Informação – MMA (2022-2024)	Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI), que tem como propósito atender às necessidades finalísticas e de informação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para o período de dezembro de 2022 a dezembro 2024.	https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-projetos-acoes-obras-atividades/tecnologia-da-informacao/PDTI_2022_2024_vAprovada.pdf
Portal Brasileiro de Dados Abertos	Ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados.	https://dados.gov.br/
Portaria GM/MMA n.º 510, de 12 de junho de 2023	Institui a Política de Segurança da Informação (POSIN) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-510-de-12-de-junho-de-2023-490090886
Portaria GM/MMA n.º 516, de 12 de junho de 2023	Institui o Comitê de Governança Digital (CGD) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-516-de-12-de-junho-de-2023-489148374
Portaria GM/MMA n.º 194, de 25 de julho de 2022	Aprova o 3º Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-194-de-25-de-julho-de-2022-417715292
Portaria MMA nº 1.350, de 18 de março de 2025	Institui o Grupo de Trabalho – GT, de caráter consultivo, com a finalidade de assessorar a elaboração do Plano de Dados Abertos – PDA, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, conforme atribuições definidas no art. 2º desta Portaria.	https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/detalhar/335654
Resolução n.º 3 do CGINDA, de 13 de outubro de 2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19357601/do1-2017-10-17-resolucao-n-3-de-13-de-outubro-de-2017-19357481
VCGE – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico	O VCGE é um vocabulário controlado para indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc.) no governo federal, projetado com dois objetivos básicos: interface de comunicação com o cidadão; e ferramenta de gestão.	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/vocabulario-controlado-do-governo-eletronico



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima